Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA AGENCIAINFRA.COM
Serviço de Notícias - INFRAEnergia
Brasília, *|DATE:d|* de fevereiro de *|DATE:Y|*
edição 47

Bom dia, *|FNAME|*!
Nesta edição do INFRAEnergia: Novas Regras do Setor | MP 814 | Diário Oficial | Fique de Olho | Clipping

NOVO MODELO DO SETOR PODE SER ANEXADO A PROJETO JÁ EM TRAMITAÇÃO NA CÂMARA

Leila Coimbra, da Agência INFRA
Está sob avaliação, por alguns setores do governo federal, anexar o novo modelo da área elétrica, cujas bases foram divulgadas pelo Ministério de Minas e Energia no dia 9, a um projeto de lei já em tramitação na Câmara dos Deputados: o PL 1.917/2015, de autoria do deputado Mendes Thame (PV-SP) e outros.

O MME enviou à Casa Civil o texto do projeto com o novo modelo há dez dias, para que fosse, por sua vez, encaminhado ao Legislativo. Desde então, vários outros assuntos se tornaram prioridade na cúpula do governo, como a imigração venezuelana em Roraima e, mais recentemente, a intervenção na área de segurança pública no Rio de Janeiro. O projeto permanece na gaveta esperando sua vez.

Vale lembrar que o texto da MP (Medida Provisória) 814, editada dia 28 de dezembro, foi enviado pelo MME à Casa Civil dois meses antes de seu encaminhamento ao Legislativo. Quando finalmente a MP foi publicada no Diário Oficial da União, seu texto era diferente do elaborado inicialmente pela área técnica de Minas e Energia.

Acelerar a tramitação em calendário mais curto
Diante da importância do tema, o governo tinha inicialmente como objetivo encaminhar as novas regras via MP. Essa era a ideia inicial quando foi lançada a Consulta Pública 33, em maio do ano passado. Mas foi sendo abandonada ao longo do tempo e optou-se pelo envio da proposta ao Legislativo por meio de projeto de lei. O mesmo ocorreu com a privatização da Eletrobras.

Mas projetos de lei, ao contrário das medidas provisórias, não passam a ter força legal imediatamente após a sua publicação no DO. Só passam a valer como legislação após aprovação no Congresso. E as MPs têm prazo para apreciação de deputados e senadores: o máximo de 120 dias. Já os PLs podem ficar pulando de comissão em comissão por anos.

Para agravar o problema, o calendário eleitoral espreme o cronograma legislativo, que acaba se concentrando no primeiro semestre. Não há praticamente sessões no Congresso Nacional a partir de julho, quando agenda política é a eleição.

Plano B seria o PL da portabilidade da conta de luz
Diante deste cenário – que poderia impossibilitar a tramitação e aprovação do novo modelo do setor ainda neste ano –, cogita-se anexar o texto da Consulta Pública 33 como um substitutivo do PL 1917/2015, que trata da portabilidade das contas de luz.

Há semelhanças entre os dois projetos: ambos tratam da ampliação do mercado livre de energia, com a abertura para um número maior de consumidores, o que estimularia a competição entre os fornecedores e a livre formação de preços da energia.

Atualmente o PL 1917 está na CME (Comissão de Minas e Energia) da Câmara, onde o relator é o deputado Fabio Garcia (DEM-MT), que já atuou na área elétrica e tem bom trânsito dentro do setor.

Mesmo caminho do PL do Gás
O modelo seria semelhante ao utilizado para a nova lei do gás, cujas novas regras, elaboradas com base no programa Gás Para Crescer, do governo federal, foi anexado a um outro projeto já em tramitação (o PL 6407/2013), para que tivesse sua aprovação acelerada.

Na Comissão de Minas e Energia, o PL do Gás foi relatado no ano passado pelo deputado Marcus Vicente (PP-ES). Se aprovado, seguiria para o plenário da Casa e poderia virar lei ainda este ano. Mas houve obstrução de bancadas estaduais contrárias às novas regras à sua aprovação na CME.

voltar para o topo

MP 814 AINDA AGUARDA A INSTALAÇÃO DA COMISSÃO MISTA PARA ANÁLISE

da Agência INFRA
A Medida Provisória 814, que, dentre outras propostas, inclui a Eletrobras no PND (Plano Nacional de Desestatização), publicada no fim de 2017, ainda aguarda a instalação da Comissão Mista que irá analisar o seu texto. Sem a comissão instalada, a MP permanece sem relator, mas já recebeu o impressionante número de 158 emendas parlamentares ao seu texto original. A partir do dia 19 de março a MP passa a tramitar em regime de urgência, segundo as regras do Congresso.

voltar para o topo

i DIÁRIO OFICIAL

Procel - A Eletrobras abriu Chamada Pública 01/2018 para seleção de beneficiários para atividades relacionadas a eficiência energética em edificações pelo Procel Edifica. A chamada fica aberta até dois de abril.
Eólicas - A Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) liberou para operação comercial a UG11 da EOL União dos Ventos 12, de 2.100 kW, em Pedra Grande (RN). Já a EOL Laranjeiras II, em Xique-Xique (BA), teve as UG7 a 12 liberadas para testes, somando 15 mil kW.
Reidi - Portaria 52 da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia aprovou a inclusão no Reidi (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura) de projeto da Transmissora Aliança de Energia Elétrica. Já a Receita Federal em Minas Gerais co-habilitou a Tibagi Energia a utilizar os benefícios do Reidi até o fim de 2017.
voltar para o topo

i FIQUE DE OLHO

Alternativas para Oiapoque - A EPE (Empresa de Pesquisa Energética) elaborou um estudo de alternativas para atendimento ao Sistema Isolado do Oiapoque (AP), analisando o custo de geração local, das obras de distribuição ou transmissão, de compra de energia do SIN (Sistema Interligado Nacional) e do diferencial de perdas elétricas de cada alternativa. A conclusão é que a opção de menor custo é manter o Oiapoque isolado do SIN . No entanto, a possibilidade de interligação do Oiapoque em 2031 (após término do contrato de geração vigente) via sistema de distribuição apresenta custos bastante próximos. Já a interligação via sistema de transmissão não se mostra competitiva em nenhum cenário analisado.

PLD sobe - A CCE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) informou que o PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) para o período entre 17 e 23 de fevereiro registra alta de 24% no Sudeste/Centro-Oeste passando de R$ 170,45/MWh para R$ 210,79/MWh. No Sul (+24%) e no Nordeste (+10%), os preços para a próxima semana estão fixados em R$ 214,37/MWh e R$ 184,27/MWh, respectivamente. Já no Norte, o PLD permanece no valor mínimo de R$ 40,16/MWh estabelecido para 2018.
Volume de Cantareira - O volume do Sistema Cantareira, um dos maiores complexos de abastecimento de água de São Paulo, está com 51% de sua capacidade na sexta-feira (16). O Consórcio PCJ, que gerencia os recursos hídricos das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí e participa do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, considera o número preocupante e avalia que o volume ideal seria por volta de 70% nesta época do ano.
Correção: o nome do sócio da Focus Energia é Alan Zelazo, e não Alan Velazo, como publicado na edição da última sexta-feira (16).

voltar para o topo

i CLIPPING

TCU, BUROCRACIA E ELEIÇÕES EMPURRAM LEILÕES PARA 2019
O calendário de concessões e privatizações federais este ano concentra no último trimestre operações que somam investimentos de R$ 45 bilhões. Para economistas e especialistas do setor de infraestrutura, no entanto, é pouco provável que esses leilões de fato sejam realizados este ano. *(Estadão, sábado)*

PRODUÇÃO DE MINÉRIO DA VALE SOBE 5,1% EM 2017
A produção de minério de ferro da Vale subiu 5,1% no ano passado e atingiu um recorde de 366,5 milhões de toneladas, enquanto as vendas sofreram uma leve queda, diante da estratégia da empresa de elevar margens reduzindo a oferta de menor qualidade. *(Folha, sábado)*

voltar para o topo

i ENERGIA

A **Agência INFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não esteja recebendo, entre em contato.
O **Serviço de Notícias INFRAEnergia é destinado a assinantes**. Conforme termo de uso, é proibida a distribuição, redistribuição e publicação não autorizada dos conteúdos recebidos dos serviço da **Agência INFRA**, podendo o responsável ser excluído dos nossos cadastros.
Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço infrajornalismo@agenciainfra.com em seus contatos.
Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA. .
Imagens:
-
Artes:
-

Equipe Agência iNFRA
Dimmi Amora, Alfredo Junqueira, Cláudia Borges,
Jade Abreu, Bernardo Gonzaga, Alessandra Duarte e Leila Coimbra.
+55 (61) 98192-2771
www.agenciainfra.com
Copyright © 2017 Agência INFRA, Todos os direitos reservados.

This email was sent to *|EMAIL|*

why did I get this? unsubscribe from this list update subscription preferences

|LIST:ADDRESSLINE|

Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.